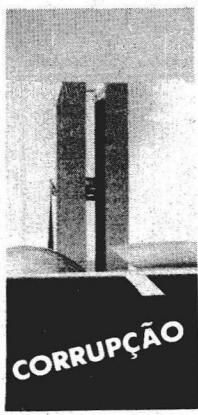


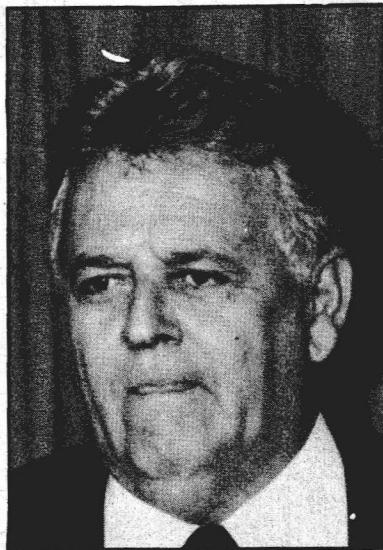
Medo de privilégios faz CPI convocar acusados

LUIZA DAMÉ



O plenário da CPI do Orçamento aprovou ontem a convocação de 24 acusados de envolvimento no esquema de manipulação de verbas públicas. Eles serão ouvidos, em sistema de mutirão, nos dias 5, 6, 7 e 10 de janeiro. A relação inclui 16 deputados, cinco senadores e os ex-ministros Margarida Procópio e Carlos Chiarelli, do governo Collor; e Henrique Hargreaves, do governo Itamar. A CPI vai definir ainda a estratégia para agilizar as sessões, mas já há a proposta de ouvir seis pessoas por dia — o plenário seria dividido em duas turmas.

O senador Jarbas Passarinho, presidente da CPI, disse que a decisão de ouvir todos os acusados, tomando por base o depoimento do economista José Carlos Alves dos Santos, os documentos da Construtora Norberto Odebrecht e a carta deixada pelo economista antes de tentar suicídio, é política. "A intenção foi evitar privilégios e acusações posteriores de discriminação e protencionismo. A preocupação do senador é a de impedir que, no



Hargreaves: sob suspeita

futuro, fique a impressão de que "uns foram massacrados e outros poupadinhos".

Divergências — Numa reunião marcada por divergências, ficou acertado que a mesa da CPI vai preparar as perguntas a serem enviadas ao senador Humberto Lucena, presidente do Senado e do Congresso. O Artigo 221 do Código de Processo Penal garante aos presidentes dos três poderes que prestem depoimento por escrito. Outro que se viu livre de prestar depoimento em plenário foi o deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE). Embora incluído na lista inicial, aprovada pela manhã, na reunião da Mesa com os coordenadores, Ubiratan ficou

de fora porque seu nome não consta nos documentos da Odebrecht seguido de percentual. Ele foi incluído apenas na carta de José Carlos.

Dos 24 nomes da lista, 20 foram aprovados por unanimidade. A convocação do ex-ministro da Integração Regional, senador Alexandre Costa, teve sete votos contrários — dos senadores Cid Sabóia, Jonas Pinheiro, Ney Maranhão e Pedro Teixeira, e dos deputados Fernando Freire, Pedro Pavão e Mário Chermont. No final, porém, dois voltaram atrás.

O senador Mauro Benevides também foi defendido pelos senadores Cid Sabóia e Jonas Pinheiro, contrários a que ele preste depoimento, embora tenha sido citado por José Carlos como conhecedor do esquema de manipulação dos recursos federais.

Os senadores Cid Sabóia, Jonas Pinheiro e Ney Maranhão não concordaram com a convocação do deputado Roberto Jefferson, apontado à queima-roupa pelo economista como um dos que sabiam do esquema de corrupção da Comissão de Orçamento, durante o seu depoimento na CPI.

Apesar da relação já estar aprovada, a cronologia dos depoimentos só será definida na reunião do dia 3 de janeiro, já que alguns poderão ser ouvidos nas subcomissões ou por grupos menores de parlamentares.